

Trabalho e população em situação de rua: um debate em contínua necessidade

Work and population in street situation: a debate in continuous need

Pollyanna de Souza Carvalho*
Leda Regina de Barros Silva**

Resumo: Através de pesquisas sobre população em situação de rua, organizadas a nível nacional em 2007-2008 e na esfera local, entre 2018 e 2019, em Campos dos Goytacazes/RJ, bem como a partir de estudos sobre documentos produzidos e depoimentos colhidos em eventos locais, o artigo apresenta reflexões com aproximações analíticas acerca da relação entre os moradores em situação de rua e o mundo do trabalho. Apresenta uma conjuntura de mundialização do capital e de efeitos deletérios no campo dos direitos, sinalizando como tais processos atingiram a produção e reprodução social da população em situação de rua, assim como destaca os mínimos parâmetros legais assegurados pelo poder público, diante de sua retração na promoção de políticas e programas sociais. Ressalta que a participação social e a organização dos moradores em situação de rua, na esfera pública, com apoios e parcerias, é um mecanismo para visibilidade, interlocução com o poder público e reivindicação de direitos.

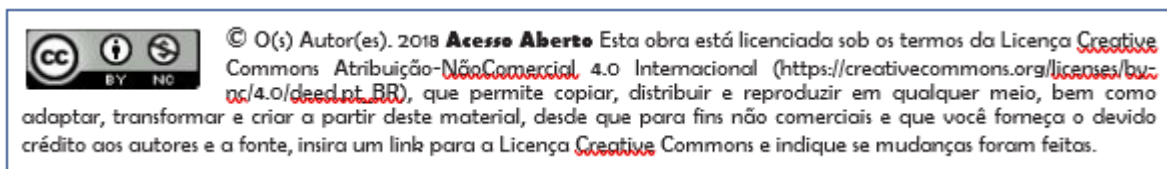
Palavras-chave: mundialização do capital; direitos; população em situação de rua; trabalho; Campos dos Goytacazes.

Abstract: Though research on the street population, organized at national level in 2007-2008 and at local level in 2018 to 2019, in Campos dos Goytacazes/RJ, as well as studies on documents produced and testimonies collected from local events, this article presents reflections with analytical approaches about the relationship between population in street situation and the world of work. It presents a conjuncture of globalization of capital and of deleterious effects on the rights, signaling how these processes have affected the production and social reproduction of the population in street situation, as well the minimum legal parameters ensured by the public power, in the face of its retraction in the promotion of social policies and programs. It agrees that the social participation and organization of the population in street situation, in the public sphere, with support and partnerships, is a mechanism of visibility, interlocution with the public power and claiming by rights.

Keywords: globalization of capital; rights; population in street situation; work; Campos dos Goytacazes.

Recebido em: 23/03/2021

Aprovado em: 25/05/2021



* Graduada em Serviço Social pela UFF. Mestranda em Serviço Social pela UFRJ. Bolsista de Mestrado do CNPq. Integra o Núcleo de Pesquisa em Famílias, Sujeitos Sociais e Territórios Vulneráveis (NUFSTEV/UFF), o Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD/UFF) e o Núcleo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Território, Lutas Sociais e Serviço Social (LOCUSS/UFRJ).

** Docente da Universidade Federal Fluminense – Campos/RJ – Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. Doutorado em Serviço Social PPGSS/UERJ.

Introdução

A presente discussão aborda as formas de sobrevivência da população em situação de rua, no município de Campos dos Goytacazes/RJ, reiterando suas demandas, desafios e enfrentamentos, também, no âmbito nacional e, ainda, as recomendações da própria Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009). O objetivo do trabalho é tecer alguns fatores que proporcionem indagações sobre a possibilidade de associar a produção e reprodução social desse público *vis-à-vis* à nova reconfiguração do trabalho, acompanhada pelo “Estado de exceção” (AGAMBEN, 2004) e os processos de expropriações urbanas. Tais fatores foram propulsores para o aprofundamento da segregação socioespacial das pessoas em situação de rua, bem como para a inviabilidade do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001), mesmo diante da promulgação, no ano de 1988, da Constituição Federal, acrescida da Lei Orgânica da Assistência Social (1993 e 2011) e da Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009).

Para tal proposta, recorreu-se, primeiramente, a uma pesquisa bibliográfica, investigando teorias realizadas no território brasileiro, delimitadas pelos eixos: população em situação de rua e Estado e Política Nacional para a População em Situação de Rua. Dessa forma, tais discussões foram dirigidas por Antunes (2010), Agamben (2004), Brasil (2007-2008; 2009), Chesnais (1996); Harvey (2009), Iamamoto (2008), Lefebvre (2001), Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (2018, 2019); Silva e Rainha (2014), Silva (2006), Souza (2003), entre outros estudiosos.

Destaca-se que as contribuições socializadas são frutos, também, das aproximações realizadas por meio de estudos teóricos que tratam das relações sociais que esse segmento social desenvolve em seu cotidiano, nas cidades, nas ruas; da nossa participação em seminários, encontros, fóruns, congressos de iniciação científica, assim como de documentos – relatórios de pesquisas, diagnósticos e de iniciação científica - produzidos pelas equipes técnicas da gestão pública municipal e por docentes e discentes, respectivamente, integrados ao Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD), da Universidade Federal Fluminense (UFF)¹, localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ.

Na sequência, foi realizada uma busca de estudos e pesquisas disponibilizados oficialmente, bem como a participação das autoras na esfera local de eventos, seja os oferecidos

¹ Uma das pesquisas e diagnósticos consta no documento “Relatório Técnico da População em Situação de Rua – 2018/2019”, e sua metodologia foi organizada por meio de um conjunto de informações geradas pelos variados atendimentos desenvolvidos nos equipamentos públicos de proteção social especial, de média e alta complexidade, nos anos de 2018 e 2019. A apresentação oficial da pesquisa/diagnóstico ocorreu no Seminário sobre População em Situação de Rua de Campos, em outubro de 2019.

por setores da Prefeitura Municipal de Campos, seja por conselhos de políticas públicas, tais como seminários, conferências e fóruns, como também, em congressos de iniciação científica organizados por instituições de ensino e pesquisa. Os temas e questões para os estudos e pesquisas de maiores referências foram: território, trabalho e modalidades de ocupação, escolaridade, habilidades pessoais, entre outros.

O debate é orientado pela inserção do país, no final do século XX, na órbita da globalização e das consequências negativas para a vida da classe trabalhadora, essencialmente após a queda do Estado de Bem-Estar Social, conhecido como *Welfare State* (1945-1975), nos países centrais, destronando os direitos de cidadania, consumo, emprego e políticas públicas, visando à produção e reprodução da força de trabalho.

O palco desses processos nos países periféricos tem sido liderado pelo avanço do neoliberalismo e a defesa da propriedade privada, não abarcando os direitos sociais dos trabalhadores, suas lutas e conquistas em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. A partir disso, com a reestruturação produtiva no Brasil, observou-se uma nova reconfiguração do trabalho, extremamente precarizada, informal, terceirizada e com altos níveis de desemprego estrutural, além da tríade mercantilização, privatização e contrarreformas estatais, como forma de garantia da esfera financeira, desconstrução dos marcos legais e políticas sociais baseadas na democracia.

Não ficam isentos desse processo os moradores em situação de rua da cidade e da esfera nacional, já que, historicamente, tais sujeitos perpassam pela depreciação de sua condição humana, sobretudo no momento em que ocorre sua negação enquanto sujeito social, através de sua invisibilidade, indiferença social e práticas repressivas. No entanto, as marcas de sua visibilidade emergem quando passam a incomodar os transeuntes e até mesmo à própria classe que vive do trabalho, que se diz manter a “paz e a ordem” nas cidades e, em especial, quando o instrumento dessa ação é realizado via higienização pública e repressão. Com isso, conforme Harvey (2009), é possível considerar o acesso e inclusão social na cidade de Campos e no Brasil, sob o signo da segregação socioespacial, desigualdade e acumulação por espoliação)?²

Trabalho e moradores em situação de rua: o retrato das desigualdades de um país excludente

Ao resgatar heranças sócio-históricas, Silva (2006, p. 71-73) assinala que o fenômeno “população em situação de rua” existe desde as sociedades pré-industriais nos países europeus,

² Tal termo se debruça nos processos de destruição dos recursos ambientais e dos habitats, sem desconsiderar a expansão da privatização, mercantilização e a exploração da força de trabalho (HARVEY, 2009).

onde começou a morada desses sujeitos sociais nas zonas urbanas e suas condições socioeconômicas não eram estudadas na época. As pessoas em situação de rua se caracterizavam por serem camponeses e produtores rurais, destituídos de poder das suas terras, para que os burgueses se apropriassem das propriedades que lhes pertenciam.

Por este prisma, no século XIX, no Brasil, diferentemente do que ocorreu nos países europeus, houve uma experiência de abolição da escravatura muito tardia. Os negros, ou escravos, que foram libertos, ficaram à margem da paisagem, sem trabalho e sem condições de sobrevivência. Estes passaram a ser concebidos na pré-modernidade de “resíduos”, já se estruturando a constituição da ralé, tendo como determinante a posição social dos indivíduos. A nova ralé pós-moderna, especificamente no plano periférico, são redes que possuem invisibilidade de crenças partilhadas pré-reflexivamente sobre o valor relativo dos segmentos e sujeitos sociais (SOUZA, 2003, p. 182).

Souza (2003) considera, ainda, que a burguesia, compondo o papel da hegemonia do capital, construiu um cenário coeso de tipo humano, além de difundir seus costumes, critérios, valores, moral e hábitos, por meio do controle psicossocial das ações sociais e comportamentos, bem como a manipulação econômica. Ainda nesse raciocínio, a categoria minoritária, composta pelos grupos sociais que não atendem à demanda e se tornam improdutivos e inúteis para o trabalho, são os grupos sociais ou os indivíduos excluídos e precarizados (SOUZA, 2003), como ocorre com os moradores em situação de rua do país.

Expressa Silva (2006, p. 71) que a população em situação de rua é síntese de múltiplas determinações; é produto resultante da pobreza extrema nas sociedades modernas, constituindo-se, segundo os olhares e práticas sociais defensoras de uma sociedade saudável, ativa e pautada no bem acima de tudo e de todos, uma “legião de imprestáveis” e “marginais”. Sendo esse fenômeno intitulado de síntese de múltiplas determinações, existem elementos que perpassam o itinerário dessa população,

Fala-se em fatores estruturais (ausência de moradia inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.); fatores biográficos ligados à história de vida de cada indivíduo (rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – mortes de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem, etc.) e, ainda, em fatos de natureza ou desastres de massas – terremotos, inundações etc (SILVA, 2006, p. 82).

Sobre as características mais conhecidas da população em situação de rua, sabe-se que estas repousam na sua heterogeneidade, visto que esses sujeitos sociais possuem diferentes históricos de vida, origens, vínculos afetivos e sociais, interesses e expectativas de vida. Vale

ressaltar, ainda, que moradores em situação de rua usam os logradouros como locais de moradia e sustento, com características variadas em relação ao tempo de vivência na rua, os seus motivos, as relações que tiveram antes e depois da situação de rua e ao perfil socioeconômico (SILVA, 2006).

A partir dos pontos elencados, nota-se que as manifestações da “questão social”³ que emergiram com intensidade no auge do século XVIII se recolocam no século XXI sob novos formatos (SILVA, 2006). Fato é o Massacre da Sé, ocorrido em São Paulo/Brasil, em 2004. Na ocasião, os moradores em situação de rua tiveram suas vidas ceifadas quando estavam dormindo, como sempre à margem do poder público e sob os extratos da proteção social residual. De acordo com a autora:

É o que tem ocorrido, por exemplo, em relação à população em situação de rua no Brasil, que é frequentemente responsabilizada pela situação em que se encontra, é vítima de massacres e perseguições policiais. E quando se busca conhecer as estratégias do Estado, nas três esferas de governo, para o enfrentamento desse fenômeno, não são encontradas políticas sociais acessíveis a esse segmento, mas apenas alguns programas de natureza residual, como abrigos e albergues (SILVA, 2006, p. 88).

Rememora-se, ademais, a Chacina da Candelária, ocorrida no ano de 1993, ocasião na qual vários adolescentes foram mortos violentamente enquanto dormiam ao redor da Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Outro caso que aconteceu no país, demonstrando a intensificação de ódio à classe social, etnia, cultura, existência e raça foi o ocorrido em 1997, em Brasília, quando morreu o índio Galdino⁴, queimado vivo por cinco jovens.

Para completar os estudos sobre o ciclo de violência contra as populações empobrecidas e do redimensionamento das políticas sociais ofertadas às expressões da questão social, vale ressaltar a contribuição de Antunes (2010, p. 180-182) a respeito da sociedade brasileira no término das duas décadas, do século XX. Segundo Antunes, ocorreu a reestruturação produtiva, com o advento da acumulação flexível, acarretando transformações degradantes para a classe que vive do trabalho, como o desemprego, precarização, descarte da mão de obra barata, desmonte dos direitos sociais e a diminuição da relação do homem com a natureza. No mesmo contributo, expressa Iamamoto (2008, p. 106-107) que tal pano de fundo, ancorado no capitalismo financeiro, redimensionou a questão social. A partir disso, a mundialização da sociedade global passou a operar com um conjunto de industriais transnacionais relacionados

³ Entende-se por questão social, os conflitos derivados da contradição entre o capital e trabalho, devido à apropriação da riqueza socialmente produzida por um grupo restrito, e a venda da força de trabalho dos trabalhadores, como o único meio de sobrevivência no capitalismo (IAMAMOTO, 2008).

⁴Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/20/interna_cidadesdf_675182/morte-do-indio-galdino-em-brasilia-completa-21-anos-hoje.shtml. Acesso em: 11 maio 2020.

ao mundo financeiro, cujo precursor é o capital que rende juros, numa conjuntura de flexibilização dos direitos sociais, além de privatizações e mercantilizações.

Neste sentido, os dois ou mais ‘mundos’ em curso, nos assinalam a presença de instituições políticas, no caso, o Estado, em sua mais profunda contradição, ao atuar em plena funcionalidade às demandas do capital nas variadas rotas de seu tempo, e, por necessária legitimidade, volta-se a corresponder, em forma genérica, aos conclamos daqueles que representam a urgência de sua atuação, desde que a participação social esteja sob o seu controle. Não obstante, advoga Silva (2006, p. 63-66) que o Brasil buscou incorporar políticas neoliberais, a partir do triângulo composto pelos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que desmontaram os direitos sociais, flexibilizaram as leis trabalhistas e estudaram formas de mudar a Previdência Social, diminuindo o caráter de responsabilidade do Estado para com os cidadãos.

Diante disso, questiona-se: como conjugar a atuação do Estado frente aos múltiplos fatores que geram nas cidades, a ampliação da população em situação de rua? Quais são as proteções de natureza social direcionadas a esse público?

No ano de 2009, foi instituída a formalização da Política Nacional para a População em Situação de Rua, através da Lei nº 7.053, sendo que sua operacionalização encontra-se em face dos avanços e recuos de um país, cuja dinâmica vive sob a dominância da lógica neoliberal. Entre os seus artigos, encontra-se que a referida política precisa ser implantada de forma descentralizada e vinculada entre a união e os entes federativos. Comunga que se deve implementar comitês gestores Intersetoriais, integrados via representantes de diversas áreas para o atendimento à população (BRASIL, 2009).

O Estado implementou a Política Nacional para a População em Situação de Rua, em face da visibilidade das refrações da questão social na sociedade e das lutas sociais amplas pelos direitos, por diversos movimentos sociais organizados e setores da sociedade civil comprometidos com os direitos humanos e sociais. Por isso, há a necessidade de que os próprios moradores em situação de rua conheçam a política a eles direcionada, com o objetivo de reconhecerem os seus direitos enquanto cidadãos, via socialização de informações.

Necessário salientar os princípios assegurados pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, ultrapassando a perspectiva da igualdade e da equidade, reforçando a responsabilização do poder público com o

I – respeito à dignidade da pessoa humana; II – direito à convivência familiar e comunitária; III – valorização e respeito à vida e à cidadania; IV – atendimento humanizado e universalizado; V – respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual

e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Nessa linha de análise, alguns objetivos da política devem nortear a produção de ações inclinadas para a população em situação de rua, tais como a ampliação dos serviços e programas sociais, os quais precisam se direcionar para as políticas de saúde, assistência social, moradia, previdência, segurança, educação e cultura. Discute sobre o incentivo à implementação de centros de defesa dos direitos humanos e a qualificação dos gestores que trabalham com os moradores em situação de rua (BRASIL, 2009).

Compreender acerca de tais dimensões dos moradores em situação de rua requer analisar os múltiplos motivos para a ida às ruas, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito local. Assim, nas linhas que se seguem, há uma demonstração da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, retrato dos contextos históricos e de suas autodeclarações no período de 2007-2008. Elenca, também, as causas dessas idas evidenciadas na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ, através da pesquisa realizada sobre os atendimentos institucionais públicos, nos anos de 2018-2019, pela gestão pública da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.⁵

Gráfico 1 – Razões para a ida para as ruas



Fonte: 1º Censo Nacional e Pesquisa Amostral da População em Situação de Rua, 2007-2008.

Por meio do Gráfico 1, percebe-se a alta demanda dos moradores em situação de rua em busca de oportunidade de trabalho. Esta, por sua vez, deriva, em sua centralidade, de um entrave

⁵ Vale destacar que o 1º Censo e a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, ocorreram no ano de 2007 e 2008, entre os meses de agosto de 2007 a março de 2008. Foram identificados, no período, 31.922 (trinta e um mil e novecentos e vinte e dois) pessoas em situação de rua, distribuídas com base em uma amostra de 71 cidades brasileiras.

do próprio desemprego estrutural desenhado pelo capital financeiro e pelo avanço dos processos de mercantilização. Todavia, há de se ressaltar as bases históricas que os envolvem aos elos indissociáveis, que são o não acesso à educação, à naturalização da pobreza e extrema pobreza no Brasil, bem como a ocultação de suas raízes fundadas na escravidão e o lugar que esta ocupou no padrão patriarcal brasileiro.

Deste modo, como consequência da nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2010), os trabalhos informais são as formas de sobrevivência das pessoas em situação de rua que, por falta de qualificação profissional, baixa escolaridade, vivência nos logradouros públicos e preconceitos, não são contratados via carteira de trabalho. Tal fato constitui-se um dos resultados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua de 2007-2008 (BRASIL, 2007-2008) assim como nos estudos com levantamentos realizados no município, em 2018 e 2019. A nível nacional, por exemplo, 47,70% (96%) jamais possuíram carteira de trabalho assinada na vida, enquanto 1,90% (4%) obtiveram a oportunidade de registro na carteira de trabalho.

Tudo isso corrobora, na visão de Silva (2006, p. 92), para que, dia após dia, os moradores em situação de rua sejam comumente chamados de “sujo”, “mendigo”, “preguiçoso”, “inválido”, “desocupado” e “vagabundos”, afetando-se, assim, as suas visões de ser, pensar e sentir, inclusive seus valores, trazendo à tona a desesperança e baixa autoestima. Todavia, cabe enfatizar na ótica de Brasil (2007-2008) que, diferentemente dessas titulações, a mesma pesquisa desmistifica essas caracterizações, demonstrando que são 70,9% de trabalhadores que praticam alguma atividade remunerada, e apenas 15,7% são pedintes de dinheiro.

Gráfico 2 – Motivo de estar



Fonte: Pesquisa sobre o perfil da população em situação de rua, em Campos dos Goytacazes, RJ, nos anos de 2018 e 2019.⁶

⁶ Ressalta-se que a pesquisa concluída, em referência, encontra-se no Relatório Técnico sobre População em

No âmbito local, em Campos, em 2018 e 2019, de 131 pessoas abordadas, 50% nunca tiveram carteira assinada; 24% não informaram e 26% afirmaram ter carteira assinada em algum momento de suas trajetórias de vida. Sobre as ocupações e associações que fizeram sobre as profissões, 29% afirmaram terem trabalhado na construção civil; seguidos de 19% em serviços gerais; 10% como ambulante e 9% como vigia de carro, com destaque para 73% depoentes que manifestaram o desejo pelo trabalho remunerado seguro. Quanto à formação escolar, 73% informaram terem concluído o ensino fundamental, sobretudo no primeiro ciclo, categorizado como o antigo primário.

Neste mesmo cenário, menciona-se também a trajetória de ocupações mais comentadas pela população em situação de rua, a partir de pesquisas de iniciação científica, realizadas em 2017, 2018 e 2019, em Campos dos Goytacazes/RJ⁷: a) ambulantes; b) vigia de carro; c) catador de materiais recicláveis; d) ajudante de construção civil; e) pescador; f) ajudante de descarga de transporte; g) auxiliar de fazenda e h) vendedor informal de desenhos artísticos em sabonetes, dentre outros. Complementa-se que ocorrem dificuldades para tais atribuições quando há disputas de trabalho informal no mesmo território, podendo estabelecer brigas e discussões. A análise da OIT – Organização Internacional do Trabalho, nos parece complementar ao presente debate, ou seja,

A expressão “economia informal” refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos (OIT, 2005, p. 7).

Diante dos depoimentos apresentados em eventos, pela população em situação de rua, acerca do mundo do trabalho, observou-se o questionamento sobre o repúdio dos empregadores no momento da entrega de cartas de recomendações de instituições que os atendem bem sobre seus relatos acerca da vida nas ruas. Ressalta-se que o medo reside em decorrência das próprias representações sociais pelas quais os mesmos são acometidos. Aponta-se que, até mesmo sua

Situação de Rua. Este documento contém as informações relativas ao trabalho técnico e ao perfil da população em situação de rua na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ, ou seja, os dados foram coletados no ano de 2018 e no primeiro semestre de 2019, junto ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop e acolhimentos para adultos e famílias, a Casa de Passagem, Lar Cidadão e Grupo Espírita Francisco de Assis (GEFA).

⁷ Em pesquisas vinculadas a projetos de Iniciação Científica, UFF e FAPERJ - Relatórios de Iniciação Científica: 2017/2018 - UFF e FAPERJ 2018/2019, as principais ocupações relatadas por meio de experiências desenvolvidas são: catação de materiais recicláveis, limpezas de quintais, ajudantes de obras, vigia de fazendas, guarda e limpeza de carros em ruas, dentre outros.

trajetória de participação e frequência no CENTRO POP são vistas de forma preconceituosa por parte dos empregadores, o que os distancia cada vez mais da possibilidade de ocuparem algum posto de trabalho.

Essas posturas autoritárias de agentes sociais em Campos não são atuais, mesmo a cidade sendo valorizada na órbita nacional, no que concerne à economia. Asseveram Silva e Rainha (2014) que a cidade, conhecida pela monocultura da cana-de-açúcar, passou por um terceiro momento de modernização da região Norte Fluminense, que se deu no século XX, com a exploração de petróleo na Bacia de Campos. Sendo assim, com as obras para a produção dos portos do Complexo do Açúcar e da Barra do Furado e com o “boom” do petróleo, a tecnologia e renda se transformaram em processos propulsores para a modernização e economia local.

No entanto, na ótica de Almeida *et al.* (2018), mesmo sendo valorizada na égide desta última fase de modernização, vale assinalar que Campos forjou um processo de modernização “pelo alto” ou conservador, ancorado em um projeto de desenvolvimento econômico bastante elitista e excludente, no que concerne aos direitos trabalhistas, às condições qualitativas de trabalho e à produção de uma esfera pública mais democrática.

A esse respeito, Silva, Ramos e Barreira (2019) ponderam que, embora se trate de um passado recente, a industrialização na cidade, a consolidação da modernização capitalista sustentada com a expulsão do homem do campo, e a consequente reestruturação produtiva - industrial e terciária, seja nos moldes dos grandes centros urbanos como das cidades de médio porte -, ao reorientar o padrão de acumulação, intensifica o fluxo migratório. E, neste sentido, ressaltam que, ignorar esses fenômenos significa amputar as referências fundamentais que embasam esse quadro de mudanças.

Como a cidade não proporcionou meios para a inclusão social dos seus residentes e garantias protetivas de políticas públicas capazes de responder às demandas sociais, outro ponto que aprofunda a situação da população em situação de rua em residir nos logradouros públicos são os conflitos familiares, os quais representam na esfera nacional 29,1% e no âmbito local 63%. Dessa forma, são muitos motivos que permeiam esse elemento, como os conflitos existentes dentro de casa com os responsáveis ou pais, atritos pelas diferentes personalidades e discussão envolvendo drogas psicoativas e/ou dinheiro. Há de se evidenciar, por meio dos depoimentos apresentados por pessoas em situação de rua, presentes nos eventos locais, sobre possuírem os contatos de seus familiares, tais como telefones diretos ou de ex-vizinhos: no entanto, somente os procuram quando percebem que ainda se mantêm os vínculos afetivos

anteriormente construídos.⁸

Evidencia-se que todos os elementos socializados se reduzem a uma expressão: o retorno do conservadorismo sob bases modernas (SILVA, 2006, p. 69). Não é à toa que os fatos expressam a lógica higienista presente na esfera nacional e, conseqüentemente, na cidade de Campos, seguido pelas ações pontuais no combate às “classes perigosas”⁹, distanciando-as e segregando-as dos equipamentos públicos, da legislação social e do acesso à cidade. Em razão desses motivos que o neoconservadorismo, na visão de Barroco (2011, p. 209)

Busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o outro, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças.

Frente ao exposto, a onda de barbárie evidencia tendências de distanciamento e segregação socioespacial dos grupos subalternos, o que alerta, no entanto para a necessidade, de reinvenção dos cotidianos pelas próprias pessoas em situação de rua. Tal reinvenção associa a participação desses moradores nos espaços públicos de democracia, de debates e de direitos e políticas sociais, uma vez que é a partir da denúncia das condições vividas, articulação e organização de agendas públicas, que novas demandas são inscritas e atendidas no curso do capitalismo contemporâneo. Até porque, no pensamento de Agamben¹⁰, os Estados nacionais, em cada momento mais transnacionalizados atuam, na conjuntura atual, em um regime contínuo de “exceção”, ao arrepio da legislação para resguardar as melhores condições de reprodução para o capital. Isto exemplifica, em grande parte, a situação de “exceção”, pela qual o Estado, por ação e/ou omissão, se torna parceiro de processos de deslocamentos forçados de moradores de comunidades e bairros empobrecidos, produção camponesa e familiar e aldeias indígenas (2004 *apud* ALMEIDA *et al.*, 2018).

A isso se alinha, também, a participação dos trabalhadores da área social, como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e cientistas, na esfera pública cidadã, para a revisão

⁸ Os eventos com maior participação da população em situação de rua, na cidade de Campos dos Goytacazes, contextos em que a mesma apresentou suas visões, inquietações e denúncias, foram: I Fórum da População em Situação de Rua, realizado para debater a participação da sociedade civil e da representação da população em situação de rua no CIAMP/Rua - Comitê Intersetorial de Campos dos Goytacazes, RJ, realizado em outubro de 2018; Seminário sobre População em Situação de Rua de Campos, realizado em outubro de 2019.

⁹ Relação entre classe trabalhadora, subalterna, como aquela criadora de violência, do medo e da marginalidade. Olhar de forma pejorativa e discriminatória contra os grupos empobrecidos, moradores em situação de rua, residentes de territórios periféricos e de comunidades (CALDEIRA, 1997 *apud* ALMEIDA; CARVALHO, 2019). Ver: CALDEIRA, Teresa Pires. *Enclaves Fortificados: a Nova Segregação Urbana*. São Paulo: Estudos Cebrap, v. 47, 1997.

¹⁰ AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

e fiscalização de programas e projetos em andamento para a população em situação de rua de Campos, como forma de pressionar o poder público para a capilaridade de tais ações e formulação de novas oportunidades. Por fim, as Universidades, equipamentos sociais e entidades de defesa dos direitos humanos da cidade também podem se articular via projetos e pesquisas para a promoção da qualidade e dignidade de vida para este público, possibilitando socialização de informações, sua interlocução política e organização como “classe para si” na arena pública.

Considerações finais

Este artigo buscou descortinar um universo marcado pelas consequências destrutivas realizadas pelo estágio de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996), incidindo sobre uma parcela da classe trabalhadora: a população em situação de rua do país, em especial a de Campos dos Goytacazes/RJ.

Após a crise do capital e a procura de novos nichos de acumulação e valorização, as estratégias políticas, sociais e econômicas no Brasil, desde a década de 1990, se entrelaçaram com os princípios contidos no Consenso de Washington (1989), baseados no neoliberalismo e reestruturação produtiva para a garantia da esfera privada, essencialmente nos governos dos presidentes Collor e Fernando Henrique Cardoso. Percebe-se, na atualidade, a desconstrução dos princípios democráticos propostos pela Constituição Federal de 1988, as mercantilizações e privatizações de serviços e políticas, considerando o avanço do discurso de desqualificação e ódio contra as populações periféricas, empobrecidas e marcadas por um conjunto de extorsões à produção e reprodução social, como é o caso da população em situação de rua.

Computam-se um pouco mais de dez anos entre o I Censo e pesquisa nacional (2007-2008), a promulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009), da presente pesquisa local (2018-2019), e ainda mais distanciados, a saber, do contexto de aprovação da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, da Política Nacional da Assistência Social e do Sistema Único da Assistência Social (1993-2004).

Observa-se, assim, que a pobreza, a extrema pobreza e miséria social são universos de parcos tratos institucionais no Brasil, uma vez que os segmentos sociais marcados por essas trajetórias são invisibilizados, estrutural e politicamente. Trata-se de um quadro com mudanças tímidas, com poucas alterações para o cotidiano social, tanto em seu quadro sócio-político e econômico e cultural associado às respostas do Estado e de suas instituições como aos fatos que, diretamente, envolvem as peculiaridades da população em situação de rua.

Ainda é preciso debater se os moradores em situação de rua possuem a oportunidade de aproveitar a cidade como “obra”, no sentido desenhado por Lefebvre (2001), no tocante ao direito à cidade. Observa-se, a partir das investigações, que, mesmo tendo diversas implicações no caminho dos moradores em situação de rua, a sua sobrevivência ocorre nos centros urbanos sob o signo da segregação socioespacial, onde há capacidade de existência, majoritariamente, via trabalho informal. Neste sentido, um fato importante contemporâneo, entre vários, para defesa dos direitos de cidadania e debates públicos sobre a população em situação de rua, é a forma como eles exercerão alguma atividade remunerada ou trabalho, no contexto de pandemia causada pelo COVID-19¹¹, uma vez que é via trabalho que o ser humano sobrevive e garante os meios fundamentais, necessários à sua satisfação pessoal.

Decerto, é necessário ressocializar e reconduzir o indivíduo ao seu lugar de direito, fornecendo subsídios para a saúde, educação, profissionalização, assistência social, segurança alimentar e nutricional, cultura, moradia e trabalho, como algumas instituições¹² da cidade de Campos estão realizando. Torna-se, então, importante, a qualidade dos serviços ofertados para dar respostas às demandas dessa população, compreendendo o sujeito na sua totalidade, com suas instâncias individuais e coletivas.

Igualmente, refletir-se-á sobre as políticas públicas direcionadas a esse segmento social, relacionando-as com a valorização do capital e com as ações do Estado. Importante ressaltar que as políticas públicas, programas, pesquisas e projetos devem ter como público central os próprios moradores em situação de rua, para que eles tenham voz e se sintam acolhidos nas esferas democráticas de decisão, além de denunciarem o conjunto de medidas coercitivas e discriminatórias que enfrentam diariamente nos espaços segregados.

Quais os desafios ainda postos nessa conjuntura para a materialização dos direitos sociais deste público? Como as Universidades, espaços sócio-ocupacionais e o Sistema Jurídico podem ser parceiros e apoiadores neste processo rumo à cidadania e democratização do acesso e da garantia de direitos? Eis as indagações.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

¹¹ Conforme sinaliza o Ministério de Saúde, o “coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19)”. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 11 maio 2020.

¹² Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=50556. Acesso em: 10 maio 2020. Disponível em: <https://www.campos24horas.com.br/noticia/prefeitura-implanta-abrigo-noturno-de-inverno-para-pessoas-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 11 maio 2020.

- ALMEIDA, É. T. V. de *et al.* Mapeamento dos conflitos e das lutas sociais em Campos dos Goytacazes no século XXI: considerações preliminares. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/RES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2018, Vitória/ES. *Anais... Vitória/ES: UFES*, 2018.
- ALMEIDA, É. T. V. de; CARVALHO, P. de S. Na linha da resistência: o caso dos moradores da Favela da Margem da Linha em Campos dos Goytacazes/RJ. In: FREIRE, S. de M.; MARCOJE, L. M. (orgs). VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL, DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA, 2019, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Editora Rede Sírius/UERJ, 2019.
- ANTUNES, R. O trabalho, a produção destrutiva e a des-realização da liberdade. In: *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 14. ed. São Paulo, Cortez, 2010. p.180-188.
- BARROCO, M. L.S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BRASIL. [Instituto Meta]. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. 2007-2008. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/2008%20Sumario%20Executivo%20Pesquisa%20Nacional%20PSR.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- BRASIL. [Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009]. *Política Nacional para a População em Situação de Rua*. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 21 mar. 2019.
- CARVALHO, P. de S.; ALMEIDA, É. T. V. de. *Trabalho, Precarização e Resistência na Periferia do Capitalismo: a Região Norte Fluminense como cenário*. Relatório Parcial de Pesquisa de Iniciação Científica, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2017-2018.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. Editora Xamã, São Paulo, 1996.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- IAMAMOTO, M. V. Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In: *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2008. p.105-155.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *A OIT e a economia informal*. Versão Portuguesa, Lisboa, 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. Vigilância Socioassistencial. *Relatório Técnico População em Situação de Rua*. Referência: 2018/2019.
- RAMOS, L. A. L.; SILVA, L. R. de B. *Mapear para (re)conhecer: o lugar da população em situação de rua nos equipamentos sócio assistenciais públicos e privados, em Campos dos Goytacazes, RJ*. Relatório Parcial de Pesquisa de Iniciação Científica, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ. 2017-2018.
- RAMOS, L. A. L.; SILVA, L. R. de B. *Mapear para (re)conhecer: o lugar da população em situação de rua nos equipamentos sócio assistenciais públicos e privados, em Campos dos Goytacazes, RJ*. Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ. 2018-2019.
- SILVA, C. A.; RAINHA, F. A. A produção social do espaço e do tempo da modernização: desafios analíticos para a compreensão do município de Campos dos Goytacazes. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A. da. (orgs). *Modernização e Território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense*. Lamparina, 2014. p. 42-55.
- SILVA, L. R. de B.; RAMOS, L. A. L. Enfrentamento da pobreza, extinção de direitos e usuários

- das políticas públicas: desafios para a população moradora de rua. In: 7º ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL 14º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2019, Vitória/ES. *Anais ...* Vitória/ES: UFES, 2019.
- SILVA, L. R. de B.; RAMOS, L. A. L.; BARREIRA, J. de A. R. L. Políticas públicas para a inclusão da população em situação de rua, intersectorialidade e (des) territorialização: um debate necessário. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL. IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS. III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, 2019, Londrina/PR. *Anais ...* Londrina/PR: UEL, 2019.
- SILVA, M. L. L. da. *Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil*. Brasília (DF), Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social. 2006.
- SOUZA, J. A Construção Social da Subcidadania. In: *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- VASCONCELOS, T. S. M.; SILVA, L. R. de B. *Mapear para (re)conhecer: o lugar da população em situação de rua nos equipamentos sócio assistenciais públicos e privados, em Campos dos Goytacazes, RJ*. Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC-UFF. 2017-2018.